

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

A MEMÓRIA DO ARQUIVO NACIONAL NO RELATÓRIO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

THE MEMORY OF THE NATIONAL ARCHIVE IN JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES' REPORT

Mara Luci Silva de Araújo - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Ana Amélia Lage Martins - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho analisa a construção da memória do Arquivo Nacional a partir do relatório “A Situação do Arquivo Nacional” (1959), elaborado por José Honório Rodrigues. Utilizando a análise de conteúdo temática, conforme proposta por Laurence Bardin (1977), a pesquisa identifica recorrências narrativas que configuram o relatório como diagnóstico técnico e, simultaneamente, como instrumento de projeção memorial e identitária. Os resultados indicam uma ênfase nas propostas de modernização, reorganização interna, qualificação profissional, valorização simbólica dos arquivos e defesa de políticas públicas arquivísticas. Conclui-se que o documento atua como estratégia de legitimação e afirmação do Arquivo Nacional no âmbito do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Arquivo Nacional; memória institucional; José Honório Rodrigues

Abstract: This paper analyzes how the National Archives' memory is constructed through the 1959 report “The Situation of the National Archives” by José Honório Rodrigues. Using Laurence Bardin’s (1977) thematic content analysis, it identifies recurring narratives framing the report as both a technical diagnosis and a tool for memorial and identity projection. The findings highlight proposals for modernization, internal reorganization, professional training, symbolic valorization of archives, and advocacy for public archival policies. The study concludes that the report functions as a strategy to legitimize and affirm the National Archives’ role within the Brazilian State.

Keywords: National Archives; institutional memory; Jose Honorio Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

A criação do Arquivo Nacional, em 2 de janeiro de 1838, no contexto do Império do Brasil, integrou um movimento mais amplo de centralização administrativa e de construção da memória institucional do Estado. O então Arquivo Público do Império do Brasil foi estabelecido com o objetivo de reunir, organizar e conservar os documentos do Império.

Durante o Império (1822–1889), o Arquivo Nacional não desempenhou um papel ativo na promoção do acesso à informação. Embora tenha reunido uma vasta documentação produzida pelo Estado, sua função esteve centrada na conservação administrativa desses

registros, sem grande abertura ao uso acadêmico ou público. Apenas nas últimas décadas do século XIX começaram a surgir iniciativas que reconheceram seu valor como fonte para a pesquisa.

A transição para o regime republicano, em 1889, marcou o início de um processo de ressignificação do papel do Arquivo Nacional, que passou a ser gradualmente concebido como um agente ativo na construção da memória histórica do país. Esse movimento se traduziu na produção de relatórios e publicações institucionais que, ao narrar sua trajetória, também buscavam afirmar a relevância do arquivo na consolidação da identidade nacional.

O centenário do Arquivo Nacional, celebrado em 1938, representou um momento importante tanto simbolicamente quanto estrategicamente para elaborar sua memória institucional. Durante essa fase, surgiram esforços internos e externos com o objetivo de aumentar a consolidação, a legitimação e a visibilidade da instituição.

No período do Estado Novo (1937–1945), sob a liderança de Getúlio Vargas, o governo procurou concentrar e regular a informação e os documentos oficiais, o que teve impacto direto nas funções do Arquivo Nacional (Costa, 2000). Simultaneamente, houve tentativas de modernizar seus procedimentos administrativos, em um contexto caracterizado pela repressão e censura.

Quando José Honório Rodrigues (1913–1987) assumiu a direção do Arquivo Nacional, em 1958, ele já era um historiador de destaque no cenário intelectual brasileiro. Formado em História, tinha uma sólida trajetória acadêmica e uma atuação reconhecida nos debates sobre identidade nacional, memória histórica e democratização do acesso à informação. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e vinha publicando obras relevantes sobre a formação do Brasil, história das ideias e política cultural.

Tendo este contexto histórico como pano de fundo, o presente trabalho, decorrente de pesquisa de mestrado, apresenta e discute parte deste esforço de construção da memória do Arquivo Nacional, emblemático “lugar de memória” (Nora, 1993) e mais relevante instituição arquivística do país.

A partir do exame empírico do documento “A situação do Arquivo Nacional”, publicado em 1959, este artigo analisa o diagnóstico crítico elaborado em 1958 pelo então diretor José Honório Rodrigues, que, com base em diversos relatórios institucionais, traçou uma avaliação minuciosa do estado da instituição. Propõe-se, assim, fomentar reflexões sobre a construção e

preservação da memória do Arquivo Nacional, considerando suas implicações no contexto histórico e arquivístico daquele momento.

2 ANÁLISE DO RELATÓRIO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Ao longo de sua trajetória, o Arquivo Nacional enfrentou sérios problemas, como a falta de uma sede definitiva, instalações inadequadas, dificuldades financeiras, carência de pessoal qualificado e pouca valorização por parte do próprio Estado. Em alguns momentos, era tratado apenas como um depósito de documentos, sem reconhecimento de sua importância institucional.

Diversos fatores influenciam de forma decisiva os processos de construção da memória institucional, como a instabilidade política, o controle social, as transformações sociais, a singularidade dos contextos históricos e a própria institucionalização das práticas sociais. Esses elementos moldam diretamente a memória que se pretende criar, preservar e transmitir às futuras gerações. Contudo, tal influência não implica em estagnação, já que a memória é dinâmica, flexível e aberta a reinterpretções. Mesmo alterações graduais ao longo do tempo podem refletir mudanças significativas no posicionamento institucional. Como afirma Thiesen (1997, p. 5), “o comportamento e a prática é que fazem as instituições e definem o caminho do processo de institucionalização”.

A memória institucional envolve assim necessariamente a seleção dos seus elementos constitutivos, cuja ação é negociada no próprio campo social a que pertence a instituição. Contempla informações, percepções e interpretações a respeito da trajetória de uma instituição que são intencionalmente retidas ou recuperadas e armazenadas, sistematizadas e disseminadas para promover o conhecimento e melhor compreensão a respeito dos processos que levaram à criação, legitimação, manutenção e reprodução de determinada instituição em sua singularidade (Fundação Oswaldo Cruz, 2020, p. 12).

Ao assumir a direção do Arquivo Nacional em 1958, José Honório Rodrigues elaborou um diagnóstico detalhado da situação institucional então vigente. Mais do que descrever os problemas enfrentados, o relatório propõe medidas concretas para superá-los, com foco na modernização das práticas arquivísticas, na profissionalização da equipe e na adoção de modelos técnicos alinhados aos padrões internacionais. Ao enfatizar as perdas documentais decorrentes da negligência histórica, o autor reforça a urgência de um compromisso político com a valorização da memória pública.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ao mesmo tempo que constrói um diagnóstico da instituição, o relatório elaborado por Rodrigues constituiu-se como um instrumento de projeção de sua memória institucional. Ao registrar os entraves e as potencialidades da instituição, o documento constrói uma narrativa sobre o passado, o presente e o futuro do Arquivo, contribuindo para consolidar uma certa identidade e orientar sua “modernização” no campo arquivístico brasileiro.

Com o objetivo de identificar os elementos privilegiados nessa narrativa, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), com ênfase na análise temática. Essa abordagem possibilita a identificação de padrões e categorias significativas, permitindo uma compreensão mais aproximada do documento e de seu papel na construção de um trabalho de memória por parte da instituição.

O processo analítico seguiu três etapas principais. A primeira consistiu na pré-análise, caracterizada por uma leitura exploratória do material coletado, com o objetivo de familiarizar-se com os dados e orientar a formulação de hipóteses preliminares. Na etapa seguinte, exploração do material, procedeu-se à seleção e quantificação das unidades de registro, seguidas pela codificação e categorização dos temas considerados relevantes em relação aos objetivos do estudo. A quantificação, no âmbito da Análise de Conteúdo, é um recurso importante para tornar visível o que, muitas vezes, pode ser subentendido ou não evidenciado em uma leitura mais superficial, contribuindo diretamente para a construção do conhecimento de forma objetivada.

Por fim, realizou-se o tratamento e interpretação dos resultados, visando estabelecer relações entre os dados obtidos e o referencial teórico, de modo a permitir inferências coerentes com os propósitos da pesquisa. A partir dessa metodologia, foram identificadas três categorias temáticas e 11 unidades de registros conforme quadro abaixo:

Quadro 1- Categorias e unidades de registro

Categoria temática	Unidade de registro	Ocorrências
Estrutura fundacional	Instalações	35
	Composição do corpo funcional	31
	Estrutura organizacional	23
Total:		89
Missão institucional	Recolhimento de acervos	60
	Sistematização de documentos	44
	Função Administrativa/Histórica	17
	Cursos técnicos	13
	Serviços de referência	12
	Conselho de Administração de Arquivos	4
Total:		150
Gestão institucional	Diretores	16

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Categoria temática	Unidade de registro	Ocorrências
	Reformas Administrativas	8
Total:		24

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Na obra *A Situação do Arquivo Nacional (1959)*, a primeira categoria “Estrutura fundacional” está associada aos elementos básicos que sustentam o funcionamento da instituição, sendo mencionada 89 vezes ao longo do texto, o que evidencia sua relevância no diagnóstico proposto. Dentre os aspectos abordados, destacam-se as precárias condições físicas da sede do Arquivo Nacional, com a unidade de registro “Instalações” sendo referida em 35 ocasiões, revelando a gravidade dos problemas de infraestrutura enfrentados naquele período, reflexo do descaso histórico do Estado em relação à preservação documental. De acordo com Rodrigues (1959, p. 55) “os edifícios ocupados nunca satisfizeram as aspirações de um prédio digno e apropriado”.

Além disso, o autor discute a “Estrutura organizacional”, uma unidade de registro identificada 23 vezes, e a “Composição do corpo funcional”, unidade de registro recorrente 31 vezes, destacando a carência de profissionais especializados e a necessidade de valorização técnica e administrativa. Conforme Rodrigues (1959, p. 65), “O segundo problema, pela prioridade, é o do Pessoal”. Para o autor, a solução seria a expansão do quadro de arquivistas e a criação de um curso permanente para especialização em Arquivologia. Esse problema também é abordado por Castello Branco na obra *O Arquivo no Império (1937)*, em que o autor menciona repetidamente a falta de pessoal qualificado nas transcrições dos relatórios de atividades de quase todos os diretores.

Afirmamos, com a experiência de longos anos de trabalhos efetivos neste Arquivo que, sem a execução integral do Curso Técnico, a que se refere o atual Regulamento desta Repartição (Decreto nº 16.036, de 14 de Maio), para a formação do corpo de arquivistas, o Arquivo Nacional nunca passará do conceito em que o público e o próprio Governo o tem até agora—o de um mero depósito de papéis velhos, com um corpo de modestos auxiliares (Castello Branco, 1937, p. 215).

Segundo entrevista concedida pela então diretora Celina Vargas à *Revista Acervo (2013)*, esse problema perdurou até 1981 quando foi possível aumentar substancialmente o número de funcionários e, após intensas articulações políticas, garantir a conquista de uma sede própria para a instituição em 1983.

A segunda e mais recorrente categoria identificada na obra “Missão institucional”, aparece em 150 ocorrências ao longo do texto. Essa categoria refere-se ao conjunto de

atribuições institucionais conferidas ao Arquivo Nacional, com destaque para os desafios enfrentados na realização de sua função primordial: o recolhimento da documentação produzida pelos órgãos públicos, unidade de registro identificada 60 vezes. A análise dessa categoria evidencia o descompasso entre o papel que o Arquivo Nacional deveria desempenhar, enquanto guardião da memória administrativa e histórica do Estado, e as condições efetivas de sua atuação, ainda marcadas por limitações estruturais, ausência de uma política nacional de gestão documental e baixa articulação com as demais instâncias da administração pública. Rodrigues destaca a urgência de uma política bem definida para o recolhimento e a eliminação de acervos, justificada a partir de um enfoque técnico, garantindo que documentos não sejam recebidos indiscriminadamente, mas conforme critérios estabelecidos e alinhados à missão institucional.

Segundo Rodrigues (1959, p. 65) “o problema principal a ser resolvido imediatamente é o da política de recolhimento”. Para o autor, apenas uma legislação aprovada pelo Congresso seria capaz de tornar obrigatório o envio da documentação produzida pelos órgãos públicos ao Arquivo Nacional. Nesse mesmo sentido, Castello Branco (1937) já observava que, desde a fundação da instituição, todos os seus diretores haviam se queixado da ausência de remessa de documentos por parte da administração pública. Além disso, consideravam a legislação vigente insuficiente para garantir o recolhimento. “Como foi difícil fazer compreender o papel do Arquivo Nacional, dentro da própria mentalidade da administração pública!” (Castello Branco, 1937, p. 75).

[...] inúmeros foram os obstáculos encontrados pela instituição para cumprir sua principal função - o recolhimento da documentação, administrativa, legislativa, judicial e histórica do país. Aliás, são frequentes as solicitações do seu diretor nesse sentido, encaminhadas ao ministro de Estado por meio de correspondência e dos relatórios anuais (Costa, 2000, p. 227).

Essa fragilidade institucional reflete-se na ausência de mecanismos normativos e operacionais capazes de assegurar o fluxo ordenado de documentos, comprometendo a consolidação de uma política de recolhimento eficaz e integrada.

A categoria “Missão institucional” abarca outras unidades de registro relevantes: a “Sistematização dos documentos”, citada 44 vezes; a “Função administrativa e histórica” do Arquivo, com 17 menções; os “Cursos técnicos”, com 13 menções; os “Serviços de referência”, com 12; e o “Conselho de Administração de Arquivos”, citado em 4 ocasiões, instituído pelo Regimento de 1958, para preparar um projeto de Lei dos Arquivos Nacionais, sendo este

projeto o embrião da Lei de Arquivo nº 8.159/1991. A proposta de Rodrigues buscava fortalecer a governança arquivística nacional por meio da criação de um conselho colegiado, articulando os órgãos responsáveis por documentos públicos e promovendo diretrizes unificadas para a gestão documental. No entanto, a iniciativa foi enfraquecida pelo limitado reconhecimento institucional do Arquivo Nacional. Esses elementos permitem compreender, de forma mais ampla, as tensões entre a missão formal atribuída à instituição e sua capacidade real de cumpri-la, reiterando a necessidade de reformas estruturais e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da função social e institucional do Arquivo Nacional.

A terceira e última categoria identificada na obra “Gestão institucional”, sendo a menos recorrente entre as três, com um total de 24 menções ao longo do relatório. Apesar da menor frequência, essa categoria possui relevância analítica, pois se refere aos esforços de condução institucional e às iniciativas de transformação administrativa ao longo do tempo. Ela está subdividida em duas unidades de registro: “Diretores”, com 16 ocorrências, e “Reformas administrativas”, com 8. A ênfase na figura dos diretores revela como o trabalho de memória ali empreendido confere importância à liderança individual na condução dos rumos do Arquivo Nacional, indicando que, em diversos momentos, os avanços institucionais dependeram mais da atuação proativa de seus gestores do que de uma política de Estado consistente e contínua.

A menção às reformas administrativas evidencia tentativas pontuais de modernização da estrutura e do funcionamento da instituição por meio de decretos, embora, conforme o próprio relatório sugere, tais iniciativas tenham sido limitadas e, em grande parte, insuficientes diante dos desafios enfrentados historicamente pela organização. Assim, a categoria “Gestão institucional” permite refletir sobre o papel estratégico da liderança institucional e da governança administrativa na construção — ou fragilização — da missão e identidade do Arquivo Nacional. Entre os principais diretores mencionados por Rodrigues, destaca-se Joaquim Pires Machado Portella, citado em 12 ocasiões ao longo do relatório.

O autor tece elogios enfáticos à sua atuação, afirmando que “nenhum diretor do Arquivo Nacional teve jamais ideias tão claras e visão tão correta sobre arquivo público como Machado Portela” (Rodrigues, 1959, p. 20). Em contraste, outro diretor citado em seis ocasiões é Eugênio Vilhena de Moraes, cuja gestão é alvo de críticas contundentes por parte de Rodrigues — muitas vezes veladas, por meio de referências indiretas à administração anterior, sem a menção explícita de seu nome.

Estas unidades evidenciam como a construção da memória da instituição é, muitas vezes, personalizada, ou seja, centrada em sujeitos específicos. A história institucional se revela, neste sentido, como uma sequência de gestões individuais marcantes, reforçando uma narrativa de “heróis administrativos”.

O relatório, neste sentido, não deixa de ser uma forma de legitimar a própria gestão do autor, inserindo-se numa linhagem de diretores “transformadores” e reforçando seu papel histórico. Assim, o documento, ao passo que compõe uma autonarrativa institucional, revela gestos autobiográficos, a partir dos quais o autor inscreve sua própria atuação na trajetória do Arquivo Nacional, conferindo-lhe um lugar de destaque no processo de transformação e modernização da instituição.

Ao contemplar desde questões estruturais — como a precariedade física e a centralização documental — até aspectos organizacionais, históricos e simbólicos, o relatório de José Honório Rodrigues conjuga a função técnica de um diagnóstico administrativo e de mediação na construção da memória do Arquivo Nacional, ao selecionar marcos, valorizar determinadas lideranças e propor reformas que projetam um horizonte e uma identidade para a instituição. Essa memória que, como todo trabalho de memória não é espelho do passado, é, como consignou Halbwachs (2006), uma construção ancorada em quadros coletivos e orientada por interesses e posicionamentos sociais. O relatório opera, portanto, como um vetor de institucionalização da memória. Ao enfatizar a atuação individual dos diretores, a formação técnica, o papel simbólico dos arquivos e a necessidade de políticas públicas contínuas, o documento revela que a memória institucional é produzida intencionalmente, ainda que de maneira não formalizada, como parte de um projeto de reconhecimento, autoridade e permanência da instituição no imaginário do Estado brasileiro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Arquivo Nacional e as práticas institucionais desenvolvidas ao longo do tempo são fundamentais para a construção de sua memória, consolidando-a como fonte estratégica de informação, conhecimento e reconhecimento. Essa memória contribui para o fortalecimento da identidade organizacional e orienta processos decisórios. Nesse contexto, o relatório de José Honório Rodrigues constitui um marco, ao inaugurar um discurso institucional articulado que integra memória, história e função arquivística.

Os arquivos exercem uma função que vai além do simples armazenamento documental, influenciando diretamente a construção das representações sócio-históricas de uma nação. Ao selecionar, organizar e disponibilizar registros, ajudam a moldar narrativas que compõem a história e a memória nacional. No entanto, nem sempre essas narrativas incluem as múltiplas vozes de servidores, usuários e comunidades que enxergam nos arquivos espaços de reivindicação por memória, verdade e justiça.

José Honório Rodrigues adotou uma abordagem crítica e propositiva, que se constrói discursivamente fundamentada em critérios técnicos e administrativos, ao propor mudanças significativas no funcionamento do Arquivo Nacional e apresentar um diagnóstico de suas fragilidades.

A análise demonstra que, apesar das variações quantitativas entre as categorias e unidades de registro, todas oferecem contribuições relevantes para a compreensão do gesto memorial realizado pelo seu autor e pela instituição naquele momento.

Neste trabalho de memória, o discurso técnico de José Honório Rodrigues funcionou como instrumento de reposicionamento institucional e de intervenção na política arquivística, ao projetar para o Arquivo uma memória e identidade institucionais alinhadas a valores modernos de eficiência, planejamento e responsabilidade pública.

As narrativas, construídas ao longo do tempo, nem sempre refletem a diversidade das memórias sociais que permeiam a instituição. Como argumenta Halbwachs (2006), a memória coletiva é moldada socialmente e é, por natureza, seletiva. Nesse contexto, os arquivos, enquanto “lugares de memória” (Nora, 1984), desempenham um papel fundamental na construção do que é lembrado ou esquecido. A exclusão das vozes de servidores, usuários e comunidades enfraquece a pluralidade essencial para representar as diversas experiências sociais. Portanto, a criação de uma política de memória institucional consolidada se torna fundamental para garantir uma mediação equilibrada entre documentação, memória e verdade. Segundo Ricoeur (2000), a memória está intrinsecamente ligada à justiça e ao reconhecimento; assim, as práticas arquivísticas devem ser orientadas pela responsabilidade social, incorporando políticas de inclusão, acesso e difusão. Este estudo reforça a importância dos arquivos como mediadores ativos na preservação e disseminação das memórias sociais, auxiliando na construção de narrativas históricas mais inclusivas e no fortalecimento de práticas arquivísticas que reconhecem a diversidade de experiências que compõem o patrimônio documental e memorial da nação.

REFERÊNCIAS

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa; FONSECA, Vitor Manoel Marques da; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Arquivo nacional: efeméride e memória institucional. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. Anais eletrônicos [...].* São Paulo: ANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123131>. Acesso em: 1 maio 2024.

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 69, 1977. 226 p.

CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)**: o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356 p. (Publicações Históricas; 35).

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, [S.l.], v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2123>. Acesso em 1 maio 2024.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>. Acesso em: 29 jul. 2023

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de memória institucional da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz - COC, 2020. 56 p. Disponível em: file:///C:/Users/user/Documents/Recovered_Files_06-19-2023-17-03-56/NTFS%200/Windows.old/Users/Lita%20e%20Italo/Documents/MARA/Memoria_social/Textos/politica_de_memoria_fiocruz.pdf. Acesso em: 09 maio 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [S.l.], n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Lívio Xavier. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.